



ID: 9816950

Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo

Documento assinado eletronicamente por JOSE ALBERTO REGO RIFAS Mat. 9773746 em 05/11/2025 às 08:41:24.

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 11600.88849.2024

**Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano- Construção, ampliação e/ou
reformas de Equipamentos Comunitários do município de Maceió-AL.**

**CONTRATO DE REPASSE Nº 899122/2020 – Operação 1070103-95
MINISTÉRIO DO TURISMO / CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

Rua Godofredo Ferro, nº 53 – Centro – Maceió/AL - CEP: 57020-570

Página 844

Documento exportado em 11/11/2025 às 11:17:15 por DANIEL DA SILVA FERREIRA mat. 974078-3



1. OBJETO

Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução do Projeto de Reforma e Revitalização das Orlas das Praias de Pajuçara até a Orla de Cruz das Almas, no município de Maceió.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A execução do projeto de Reforma e Revitalização das Orlas das Praias de Pajuçara até a Orla de Cruz das Almas no município de Maceió-AL; contempla requalificação de três áreas: a **primeira área** situada no bairro Pajuçara, no inicio da Av. Dr. Antonio Gouveia; a **segunda área** situada a Av. Álvaro Otacílio, no bairro Ponta Verde entre as barracas “Barrica’s e a Barraca “Eu e Tu” ; a **terceira área** está situada a Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, em uma praça em frente a barraca “Tapioca do Fernando”.

2.2. O projeto abrange a requalificação de áreas para pessoas com deficiência, duas delas já apresentam espaços acessíveis, embora deteriorados:

Área 1: uma praça cujo projeto fora executado pela municipalidade;

Área 2: encontra-se executada rampa de acesso do passeio público à areia da praia;

Área 3: uma área pública, degradada, na qual brinquedos acessíveis serão implantados destinados a crianças com necessidades especiais.

A requalificação engloba as seguintes melhorias:

- melhoria do passeio público com reposição do piso intertravado e implantação dos pisos táteis e direcionais;
- plantação de vegetação nos canteiros existentes;
- reforma e adequação do mix;
- Implantação da esteira acessível, instalação de brinquedos acessíveis e de armários para



**Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo**

cadeiras anfíbias;

- implantação de armários para cadeiras anfíbias;
- recuperação do mobiliário existente;
- construção de rampa de acesso á praia e a implantação da esteira acessível; construção da mureta.

2.3. O projeto seguirá toda especificação dos materiais descritos no memorial descritivo e as especificações técnicas anexas a esse documento – TERMO DE REFERÊNCIA, que fará parte no processo licitatório. A execução também deve obedecer rigorosamente aos projetos, em consonância com a legislação vigente, nas esferas municipais, estaduais e federais, inclusive no que se refere à mobilidade urbana. O projeto demonstra uma revitalização na área, em consonância com norma ABNT 9050/2020 que trata da acessibilidade uma vez que esta Norma visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção.

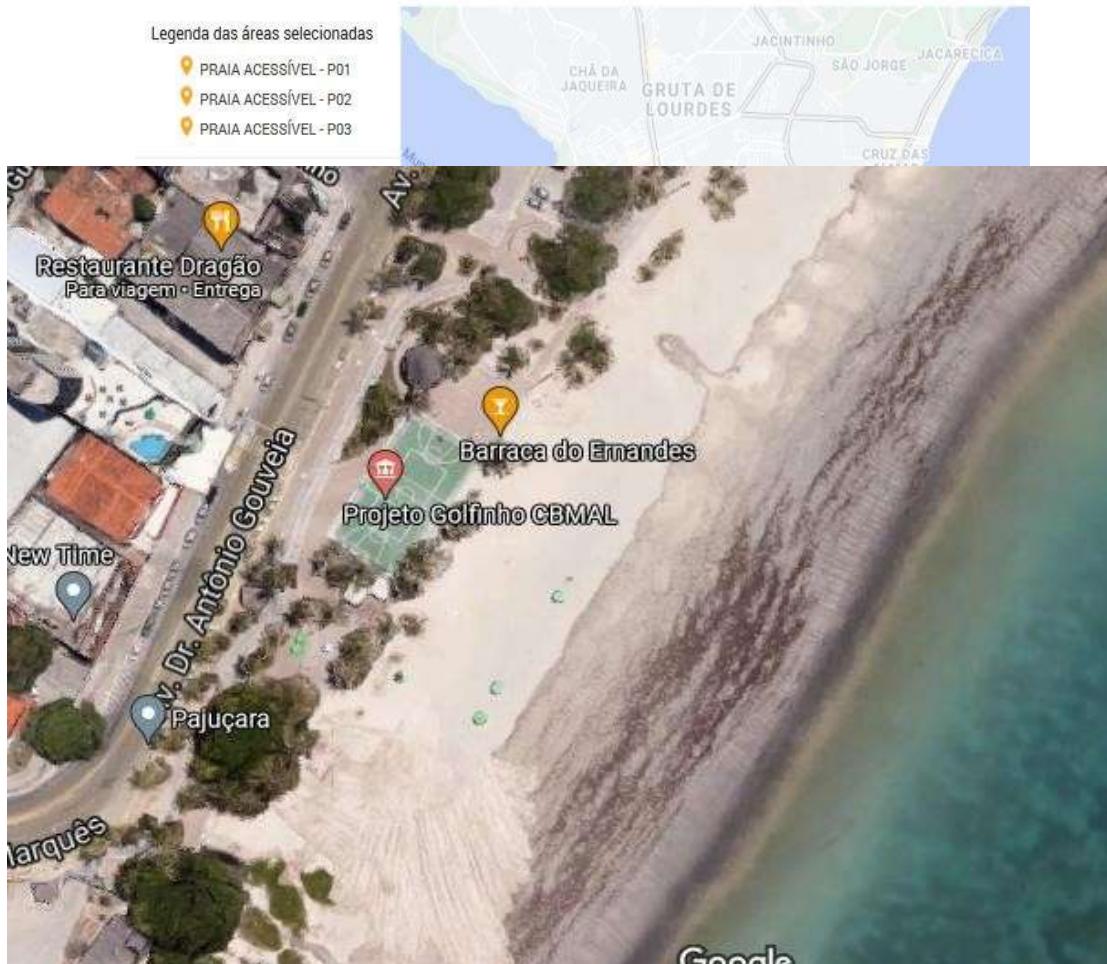
2.4. Os recursos para execução da obra serão advindos do Contrato de Repasse Nº 899122/2020 por meio da Caixa Econômica e Ministério do Turismo, com Contrapartida do Município, proveniente da Dotação Orçamentária Anual – LOA.

2.5. Os serviços englobam a demolição, a construção e execução do paisagismo conforme os projetos arquitetônicos executivos; memorial descritivo, especificações técnicas; planilha orçamentária do projeto e demais documentos técnicos.



**Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo**

2.6. Foram selecionados na da orla marítima três pontos ao longo para execução das obras, a saber:



2.6.1. O primeiro ponto situa-se no início da Av. Dr. Antonio Gouveia, próxima a quadra do Projeto Golfinho, no bairro Pajuçara, onde será executada a recuperação da Praça Acessível existente, conforme a foto:

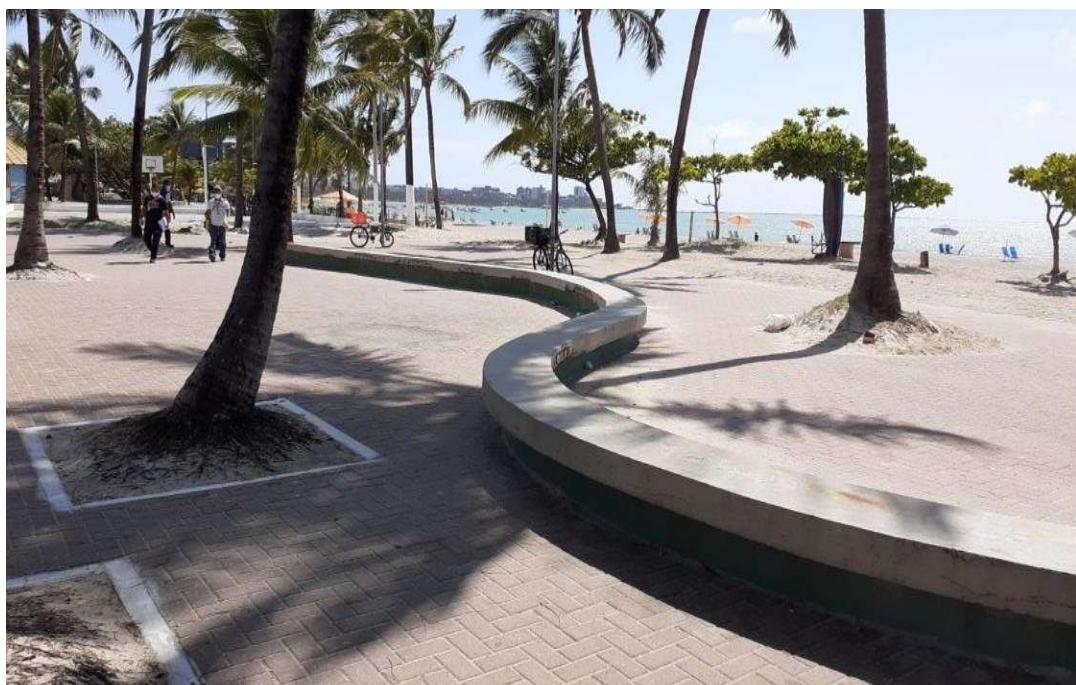


Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo



Área 1 – Foto 1.

Área 1- Foto 2





**Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo**

Área 1 – Foto 3.



2.6.2. O segundo ponto situa-se na Av. Álvaro Otacílio, entre as barracas “Barricas” e barraca “Eu e Tu” no bairro Ponta Verde, onde será executada a Rampa Acessível demolida a rampa e as escadarias existentes conforme foto:



Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo



Área 2 – Fotos – Área Acessível existente



**Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo**

2.6.3: O terceiro ponto situa-se na Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, na praça existente em frente a Barraca do Fernando Cruz das Almas, onde será executada a implantação de brinquedos acessíveis, conforme foto:



Área 3- Fotos- Área Praça Acessível para criança

3. CARACTERÍSTICAS DA LICITAÇÃO

3.1. A licitação será realizada na modalidade Concorrência Eletrônica, nos termos do art. 17, § 2º da Lei 14.133/2021.

- a) TIPO: MENOR PREÇO;**
- b) JULGAMENTO: Por menor Preço Global;**
- c) MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado;**
- d) REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada Por Preço Unitário;**
 - d.1) O regime de execução** de obra a ser adotado na presente contratação, será executada por administração indireta, por empreitada por preço unitário. Como para o objeto em questão não é possível determinar com exatidão os quantitativos totais da obra, a execução se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e a correspondente remuneração devida. Ou seja, os pagamentos correspondem à medição



**Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo**

dos serviços efetivamente executados;

e) PREÇO GLOBAL MÁXIMO: R\$ 313.769,66 (trezentos e treze mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos).

f) PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de Emissão da Ordem de Serviços;

g) PRAZO DE VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da publicação do contrato no Diário Oficial Eletrônico de Maceió. O contrato pode ser prorrogado por mais 30 dias, conforme o Art. 57 da Lei Federal 14.133 de 2021.

4. DOS VALORES/RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. O preço global para a total execução dos serviços foi orçado em R\$ 313.769,66 (trezentos e treze mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos), onde será destinado para a obra do Projeto Básico R\$ 210.757,79 (duzentos e dez mil, setecentos e cinquenta e sete reais e setenta e nove centavos), conforme composições de preços elaborada com base na tabela do SINAPI, utilizada em obras públicas e serviços de engenharia executados com recursos do orçamento proveniente do Contrato de Repasse Nº 899122/2020 Caixa Econômica/Ministério do Turismo, contrapartida proveniente da Dotação Orçamentária do Município, Rubrica Orçamentária da Secretaria Municipal de Turismo, com BDI para execução de serviços de 24,19%. Para a compra de equipamentos será destinado R\$ 103.011,87 (cento e tres mil, onze reais e oitenta e sete centavos), onde já estão inclusos:

- Todos os encargos sociais e fiscais envolvidos na execução dos serviços, apresentados pela Contratada para prestação dos serviços especificados neste documento;
- Custos com todo pessoal técnico e administrativo e Encargos Financeiros;
- Custos para elaboração do projeto executivo e detalhamentos do projeto que sejam necessários para a devida execução dos serviços;
- Custos com o transporte para os deslocamentos dentro do município;
- Custos de fardamentos, EPI's e para equipe técnica;
- Serviços de Licenciamento nos órgãos competentes, quando for o caso;



**Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo**

- Os valores referentes ao pagamento de ART/RRT.

4.2. Na elaboração do preço total, foi feito o estudo levando em consideração os preços unitários das tabelas de referência da planilha orçamentária em anexo, sem desoneração com seus respectivos BDIs, onde para este serviço, o preço total mais vantajoso para o erário foi o obtido com a tabela SEM DESONERAÇÃO, foram utilizadas também composições e cotações.

4.3. As despesas em decorrência deste objeto correrão por conta da dotação orçamentária existente em referência ao **Contrato de Repasse Nº 899122/2020**, advindo da União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo/Caixa Econômica Federal e o **Tesouro Municipal**.

5. LOCALIZAÇÃO

5.1. A execução do projeto de Reforma e Revitalização das Orlas das Praias de Pajuçara até a Orla de Cruz das Almas no município de Maceió-AL; contempla **requalificação de três áreas:** a **primeira área** situada no bairro Pajuçara, no inicio da Av. Dr. Antonio Gouveia; a **segunda área** situada a Av. Álvaro Otacílio, no bairro Ponta Verde entre as barracas “Barrica’s” e a Barraca “Eu e Tu”; a **terceira área** está situada a Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, em uma praça em frente a barraca “Tapioca do Fernando”.

5.2. Os serviços serão executados em uma área total de 5.710,36 m².

6. TERMINOLOGIA

6.1. Para os estritos efeitos deste Termo de Referência, são adotadas as seguintes definições:

- 6.1.1 **LICITANTE:** Empresa participante da licitação.
- 6.1.2. **CONTRATANTE:** Órgão que contrata a empresa executora dos serviços.
- 6.1.3. **CONTRATADA:** Empresa contratada para realização do objeto contratado.
- 6.1.4. **FISCALIZAÇÃO:** Atividade exercida de modo sistemático pelo CONTRATANTE e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.
- 6.1.5. **CRONOGRAMA:** Representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual indicam as suas diversas fases e respectivos prazos.
- 6.1.6. **OBRAS:** São todas as atividades relativas à execução da implantação, reforma ou ampliação das obras e/ou serviços de engenharia.



**Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo**

6.1.7. RELATÓRIO DE MEDAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS: Documento retratando os serviços realizados (boletins de medição, memória de cálculo e relatório fotográfico), tecnicamente aprovados pela fiscalização, conforme projetos, especificações e contratos de execução.

7. LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

7.1. A empresa vencedora será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato;

7.2. Na execução do objeto contratado, deverá ser observado o que estabelece os documentos abaixo, assim como toda a legislação municipal, estadual e federal pertinentes, independente de citação:

7.2.1. Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);

7.2.2. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;

7.2.3. Normas das concessionárias e órgãos locais de serviços, Equatorial, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, entre outras;

7.2.4. Normas internacionais específicas consagradas, se necessário;

7.2.5. Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CAU / CREA / CONFEA;

7.2.6. Código de Obras e Lei de Uso e Ocupação do Solo;

7.2.7. Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato;

7.2.8. Durante a execução da obra será mantido o princípio adotado na elaboração dos preços unitários que foram as tabelas de referência e ACORDÃO 2622/2013 TCU.

7.2.9. Executar as obras objeto deste termo, respeitando as dimensões, descrições, especificações e plantas, do projeto disponibilizado.

8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

8.1. Será admitida a possibilidade de consórcio, com intuito de reforço de capacidade técnica e financeira do licitante, proporcionando maior disponibilidade de equipamento e pessoal especializado, ensejando ainda a participação de maior número de empresas, possibilitando o



**Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo**

aumento na competitividade, respeitadas as condições estabelecidas no art. 15 da Lei 14.133/2021, bem como neste termo.

8.2. Ocorrendo o consórcio, fica estabelecido o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, nos termos do § 1º, art. 15, da Lei 14.133/2021.

8.2.1. O acréscimo previsto na cláusula 8.2 não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1. A CONTRATADA só poderá subcontratar até 25% (trinta por cento) do objeto dessa licitação. Neste caso, as obrigações assumidas pela CONTRATADA principal não eximem de seus deveres em detrimento da subcontratação perante a Prefeitura;

9.2. Para que haja subcontratação deve haver anuência prévia da CONTRATANTE, verificando-se a Empresa que vai realizar os trabalhos tem capacidade técnica e infraestrutura compatível com o objeto licitado, para que a qualidade e pontualidade sejam equivalentes a CONTRATADA principal;

9.3. A Empresa subcontratada deverá observar as obrigações da CONTRATADAprincipal e cumprir com todas as exigências de igual forma.

9.4. Não será admitida a subcontratação dos itens exigidos na qualificação técnica, sob pena de desatendimento ao princípio da licitação.

9.5. Poderão ser subcontratados os itens da planilha orçamentária que não ultrapassem o limite constante no item 9.1.

10. DOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO

10.1. TÉCNICO-OPERACIONAL (EMPRESA)

10.1.1. A empresa deverá apresentar Certidão de Registro da empresa emitida pelo CREA/AL e/ou pelo CAU/AL, ou do local da sua sede, nos termos da legislação em vigor, estando este(s) devidamente atualizado(s). No caso da empresa vencedora ser sediada fora do Estado de Alagoas deverá apresentar visto do CREA-AL e ou CAU/AL no ato da assinatura do contrato.

10.1.2. Declaração de que possui os equipamentos e profissionais necessários para execução do



**Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo**

objeto.

10.1.3. Quadro com serviços exigidos para comprovação de qualificação técnico-operacional, quantidade executada, contratante, atestado e numeração da página dos serviços listados.

10.1.4. A comprovação de que presta ou prestou, sem restrição, atividade de natureza semelhante ao indicado no item 1 deste documento. A comprovação será feita por meio de no mínimo 01 (um) atestado ou certidão de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT – do profissional, expedida(s) por este Conselho, para os serviços mais relevantes, conforme listado abaixo e em consonância com as quantidades mínimas especificadas, que compreende aproximadamente a 50% (cinquenta por cento) do serviço.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, COM TELA DE ARAME GALVANIZADO E MALHA QUADRADA	m ²	153,04
2	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO <i>IN LOCO</i> , USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8CM, ARMADO	m ²	146,31

Tabela 02 – Quantitativo da qualificação técnica operacional.

10.1.5. Nos atestados deverão constar, explicitamente, todos os dados necessários a comprovação das características dos serviços executados, além das datas de início e término dos serviços. Será permitido o somatório de atestados para comprovar o quantitativo mínimo exigido para a habilitação técnico-operacional.

10.1.6 A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:



**Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo**

- I- Nome do contratado e do contratante;
- II- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- III- Localização do serviço (município, comunidade, gleba);
- IV- Serviços executados (discriminação);
- IV- Unidades de medidas e valores mensuráveis dos serviços executados.

10.2. TÉCNICO-PROFISSIONAL

10.2.1. Comprovação da participante de possuir no seu quadro, na data da sessão inaugural, profissional(ais) de nível superior registrado(s) no CREA ou outra entidade competente, detentor(es) de atestado(s) ou certidão(ões) de responsabilidade técnica pela execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) relativo(s) aos serviços de engenharia emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, obrigatoriamente pelos contratantes titulares das obras, deverão estar acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico – CAT, expedido(s) pelo(s) CREA(S) e ou CAU(s) da(s) região(ões) onde o(s) serviço(s) tenha(m) sido realizado(s). No(s) atestado(s) deverá(ão) estar contemplados os seguintes serviços de características semelhantes aos do objeto licitado.

ITEM	DESCRÍÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE
1	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, COM TELA DE ARAME GALVANIZADO E MALHA QUADRADA	m ²
2	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO <i>IN LOCO</i> , USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8CM, ARMADO	m ²

Tabela 03 – Serviços para qualificação técnica profissional.

10.2.1. A Certidão de Acervo Técnico (CAT) deverá referir-se à atividade técnica que façaparte das atribuições legais do profissional.



**Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo**

10.2.2. No caso de duas ou mais participantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, as mesmas serão INABILITADAS;

10.2.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, explicitamente, todos os dados necessários à comprovação das características dos serviços executados, além das datas de início e término das obras;

10.2.4. A licitante deverá comprovar que o(s) profissional(ais) de nível superior detentor(es) dos atestados apresentados pertence ao seu quadro de pessoal nos termos do artigo 67, item I, da Lei federal nº 14.133/21 e suas alterações. A comprovação referida deverá ser feita através de cópias autenticadas do Contrato de Trabalho, das anotações da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social, nos termos da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e do Decreto nº 61.799/67;

10.2.5. A participante poderá, também, apresentar as Fichas de Registro de Empregados através do sistema informatizado, nos termos da Portaria nº 3626, de 13/11/91 do Ministério do Trabalho e da Portaria nº 1.121, de 09/11/95 do Ministério do Trabalho, retificada no D.O.U de 13/11/95. No caso de sócios, a participante deverá apresentar cópia autenticada do contrato social;

10.2.6. Poderá, ainda, comprovar o vínculo profissional através da apresentação do Contrato de Prestação de Serviços firmado com o profissional detentor da Certidão de Acervo Técnico (CAT) usada para a Comprovação de capacitação técnico-profissional, desde que o profissional faça parte do quadro técnico da empresa perante ao CREA.

10.3. ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.3.1. Certidão negativa de falências expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

10.3.2. Apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei;

10.3.3. Serão considerados como na forma da lei o balanço patrimonial assim apresentado:

a) sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima):

a.1) por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

b) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

b.1) por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão



**Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo**

equivalente, ou por fotocópia do Balanço Patrimonial devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

c) sociedade criada no exercício em curso ou com integralização do Capital Social:

c.1) fotocópia do Balanço de Abertura (ou atualizado), devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

d) O Balanço Patrimonial deve estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

e) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas, os quais deverão ser iguais ou superiores a 1 UM:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

e.1) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), calculados e informados no BP ou certidão SICAF, deverão comprovar o Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

10.3.4. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

10.3.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.3.6. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

10.3.7. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.3.8. O prazo limite para fechamento das Demonstrações Contábeis é até o último dia domês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira a escrituração.



11. VISITA AO LOCAL DA OBRA

11.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por representante da SEMINFRA designado para esse fim, as visitas serão agendadas por meio do e-mail comissaoseminfra2016@gmail.com. Após vistoria o profissional deve se dirigir para a Secretaria de Infraestrutura para dirimir suas dúvidas e receber a Declaração.

11.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

11.3. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, além de declarar formalmente o declínio de visita técnica. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento ocorrerá por prazo não inferior a 30 (trinta) dias (período boletim medição), mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, emitida em reais;

Somente poderão ser considerados, para efeito de pagamento, os serviços efetivamente executados pela Contratada e atestado pelo Contratante, através do fiscal do Contrato e está de acordo com o Documento, demais anexos e com o contrato;

12.2. A cada pagamento será verificada a regularidade com o FGTS, INSS, e demais impostos, tributos e encargos devidos;

12.3. A Nota fiscal com defeitos ou vícios deverá ser ratificada, substituída ou complementada, sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para o Contratante.

12.4. O item referente à administração local será pago mensalmente proporcionalmente ao percentual da evolução física da obra, baseado nas últimas decisões do TCU e os itens de



**Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo**

fornecimento serão pagos conforme a proporcionalidade de seus respectivos assentamento /aplicações /instalações.

12.5. Havendo atraso de pagamento por parte da Administração, e não tendo o particular concorrido de alguma forma para tanto, será devida correção monetária do valor, entre a data prevista para o pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX) / 365$$

em que TX é o percentual da taxa anual no valor de 6%

$$I = (6 / 100) / 365 = 0,0001644$$

13. DO REAJUSTE

13.1. Na hipótese da execução dos serviços contratados ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses da elaboração do orçamento, sem que a culpa recaia sobre a CONTRATADA, os preços contratuais poderão ser reajustados, obedecendo aos Índices de Reajustamento, constantes no site do DNIT, de acordo com a linha compatível com o objeto, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Conforme fórmula abaixo transcrita:

$$R = (I_i - I_{i0}) / I_{i0} \times V \text{ onde:}$$

R= Valor da parcela de reajustamento procurado

I₀= Índice de preço verificado no mês base do orçamento

I_i= Índice de preço referente ao aniversário da data base do orçamento

V= Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

13.2. Enquanto não divulgado o índice correspondente do mês de aniversário da proposta, o reajuste será calculado de acordo com o último índice conhecido, cabendo a correção de cálculo



**Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo**

quando publicado o índice correto;

13.3. O reajuste do preço deverá ser apresentado em Fatura/Notafiscal complementar.

13.4. O mês da planilha Orçamentária base **IPLAM** em questão é **SETEMBRO/2025**.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A **FISCALIZAÇÃO** será feita por servidor, designado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, através de portaria quanto à regularidade e assiduidade dos serviços executados. Como também exercerá a gestão e o controle do contrato, o qual será responsável pela emissão da Ordem de Serviços devendo ser observado o disposto no art. 117 da Lei nº. 14.133/21.

15. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1 O prazo de execução dos serviços, será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da emissão e assinatura da Ordem de Serviços pela Secretaria de Infraestrutura.

15.2. O prazo de vigência, de cada contrato, será de 180 (cento e oitenta) dias corridos, e terá o seu início contado a partir da eficácia publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

15.2.1. O contrato pode ser prorrogado por mais 30 dias, conforme o Art. 57 da Lei Federal 14.133 de 2021.

15.3. A fim de preservar a qualidade e o bom andamento da obra, deve-se considerar como obrigatória:

15.4. Apresentação de cronograma físico-financeiro atualizado da obra em até 10 (dez) dias após emissão da Ordem de Serviço;

15.5. A utilização de **Diário de Obra**, devendo a sua abertura ser no máximo até 03 (três)dias após a emissão da Ordem de Serviço;

15.6. A entrega de relatório fotográfico mensal, devidamente encadernado, com o boletim de medição, todos os custos para emissão do relatório ficarão a cargo da empresa licitantevencedora do certame;

15.7. A presença do profissional técnico superior na obra, devidamente capacitado e habilitado, para solucionar possíveis adequações de projeto durante a obra, de acordo com a quantidade estimada na planilha orçamentaria.

15.8. O horário para o desenvolvimento dos serviços é o definido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil.



**Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo**

- 15.9. Qualquer serviço a ser realizado aos sábados, domingos e feriados, deverá ser previamente comunicado por escrito à Fiscalização da obra e registrado no diário da obra;
- 15.10. Quaisquer serviços a serem realizados fora do horário acima, dependerão de prévia e formal comunicação ao fiscal designado pela CONTRATANTE;
- 15.11. Caso os prazos estabelecidos nas condições anteriores não estejam expressamente indicados na proposta, a empresa será desclassificada quanto ao julgamento;
- 15.12. O prazo previsto no item 15.2 poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela CONTRATADA, durante o seu transcurso, e desde que ocorra com antecedência ao fim do respectivo contrato e com motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração;
- 15.13. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da administração, poderá ser solicitada prorrogação geral da validade referida a todas as participantes classificadas, por igual prazo, no mínimo;
- 15.14. O prazo de garantia da obra não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos, contados do **termo de recebimento definitivo da obra** a ser emitido por comissão designada pela autoridade competente. Cabendo a Contratada solicitar por escrito o referido termo.

16. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 16.1. Provisoriamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, assinado pelas partes em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado;
- 16.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstaciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação (90 (noventa) dias após o termo de recebimento provisório), ou vistorias que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observados o disposto no art. 119 desta lei 14.133/21.

17. MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS

- 17.1. A medição dos serviços será realizada pela equipe técnica da Secretaria de Infraestrutura, mediante emissão de boletins de medição e acompanhamento das respectivas Memórias de Cálculos, conforme item CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.



**Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo**

17.2. Os boletins de medições deverão possuir precisão de 02 (duas) casas decimais em seus valores.

17.3. As medições deverão ser realizadas com periodicidade mensal, com exceção da primeira e da última medição provisória ou parcial, cujo período pode ser inferior a um mês. A medição final abrange todo o período da obra.

17.4. Após a emissão do Boletim de Medição e aprovação da CONTRATANTE E CONTRATADA está emitirá a respectiva Nota Fiscal, que deverá ser atestado pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, onde deverá constar, rigorosamente, as seguintes informações:

- ✓ Modalidade e o número da Licitação;
- ✓ Número do Contrato;
- ✓ Objeto do Contrato;
- ✓ Número da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- ✓ Número do Boletim de Medição.
- ✓ Relatório fotográfico contendo, no mínimo, quatro fotos de cada serviço executado no período.
- ✓ Cópia da garantia de execução do contrato.

17.5. Ocorrendo erro ou omissão, a quantidade a mais ou a menos será computada na medição do mês subsequente àquele em que a Secretaria de Infraestrutura manifestar o seu reconhecimento.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, através da fiscalização, comunicando a esta qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada que desaconselhe ou impeça a sua execução. Caberá, outrossim, à CONTRATADA a elaboração das correções dos projetos, detalhes construtivos e ou projetos complementares necessários aos trabalhos que não estejam nos planos fornecidos pela CONTRATANTE;



**Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo**

18.2. Efetuar o reexame prévio dos projetos antes do início da execução dos serviços, devendo conforme o caso retificá-los, eliminando todos os vícios ou defeitos que porventura existirem, uma vez que possui qualificação técnica para tanto. Ressaltando que independente da autoria do projeto e da ausência do exame dos mesmos será responsabilizado pelos erros, principalmente os que comprometerem a solidez da obra, por força da norma técnica NBR – 5671 e por ser o executor dos serviços, objeto do presente termo;

18.3. A necessidade de Licença Ambiental conforme dispõem as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/1986 e nº 237/1997 e da Lei nº 6.938/1981. A Licença Ambiental Prévia foi obtida pela SEMTUR, cujo seu vencimento será em **03 de janeiro de 2026**, a mesma foi expedida pela SEMURB em 03 de janeiro de 2024, órgão competente, as demais licenças, estudos necessários e o atendimento das condicionantes deverão ser elaborados e atendidos pela **CONTRATADA**.

18.4. Acatar de modo imediato às ordens da fiscalização, dentro do contido neste Projeto Básico;

18.5. Os materiais a serem empregados deverão obedecer às normas da ABNT e ser de boa qualidade, podendo ser rejeitados pela fiscalização em caso contrário;

18.6. Dispor de todos os equipamentos, máquinas, ferramentas e equipamentos de segurança necessários à execução do serviço;

18.7. Construir as instalações de apoio às obras quando necessário;

18.8. Movimentação e transportes internos dentro da obra;

18.9. Suprimento de água e energia elétrica, em qualquer que seja a utilização ou local;

18.10. Iluminação das áreas de trabalho;

18.11. Despesas referentes às importações de materiais e equipamentos;

18.12. Fornecer todos os materiais, equipamentos, acessórios e consumíveis, incorporados ou não a obra, envolvendo entre outras despesas pessoais inclusive aqueles não citados neste Termo, porém, necessária à perfeita execução dos serviços, exceto onde explicitamente anotado em contrário;

18.13. É de inteira responsabilidade e ônus da **CONTRATADA**, a adoção de todas as medidas de segurança necessárias à execução dos serviços;

18.14. Responsabilizar-se por danos pessoais e/ou matérias que porventura vier a causar nas instituições ou a terceiros;

18.15. Responsabilizar-se pela conservação e guarda de todo e qualquer material ou



**Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo**

construção decorrente dos – ou afetados pelos – serviços objeto deste termo, até a aceitação final da obra;

18.16. A entrada e saída de equipamentos, ferramentas, materiais, bem como a remoção de remanescente da obra deverão obedecer aos horários definidos pela CONTRATANTE;

18.17. Todas as pessoas empregadas ou sob a responsabilidade da CONTRATADA estarão devidamente uniformizadas e obrigadas ao uso de crachá de identificação, quando nas dependências do referido local da obra;

18.18. Os operários da CONTRATADA, quando no desempenho das suas funções relativas aos serviços aqui especificados, estarão obrigados ao uso dos EPI's – Equipamentos de Proteção Individual (cintos de segurança, capacetes, luvas, botas e óculos);

18.19. O trânsito e/ou permanência em outros locais que não o local da obra só será permitido à pessoal em serviço, mediante autorização por escrito;

18.20. Observada a boa prática da construção civil, a CONTRATADA isolará os ambientes de execução das obras de modo a evitar acidentes ou outros prejuízos e danos a pessoas, bem como para evitar a disseminação de pó resultante de demolições de construção;

18.21. Responsabilizar-se por qualquer engano de ação ou serviços mal executados, correndo por sua conta as despesas com remoção, demolições e reconstrução dos mesmos;

18.22. Após a conclusão de todos os serviços, a CONTRATADA deverá promover a limpeza geral da obra, incluindo a retirada de entulhos;

18.23. Reparar, corrigir e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, objeto do presente termo em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de matérias empregados;

18.24. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, comerciais, civis e criminais, resultantes da execução do Contrato respectivo, no tocante aos seus empregados, dirigentes e prepostos;

18.25. Assumir integral responsabilidade pela entrega dos serviços de acordo com os elementos técnicos fornecidos pela CONTRATANTE;

18.26. Cumprir fielmente o Contrato, de modo que no prazo estabelecido, os serviços sejam inteiramente concluídos e acabados;

18.27. Substituir, caso haja motivo justificado, de qualquer membro da Equipe de Execução a pedido da CONTRATANTE, a qual deverá ocorrer dentro de prazo de 24 (vinte e quatro horas);

18.28. A CONTRATADA deverá assumir toda responsabilidade sobre a segurança do canteiro de



**Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Secretaria Municipal de Turismo**

obras.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 19.1. Garantir o cumprimento de todas as cláusulas contratuais e fazer manter o bom desempenho e qualidade dos serviços contratados;
- 19.2. Fiscalizar os serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro pré-estabelecido;
- 19.3. Fornecer todas as informações solicitadas pela contratada, para que não ocorramtrasos no andamento dos serviços;
- 19.4. Efetuar os pagamentos de acordo com o cronograma previsto;
- 19.5. Notificar a CONTRATADA, caso seja verificada alguma irregularidade que digarespeito ao Contrato.
- 19.6. Suspender os serviços, caso a contratada não esteja cumprindo fielmente com o objeto de acordo com o contratado.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1. Cientificar-se que os custos dos serviços de conservação de acesso às ocorrências e caminho de serviço correrão às expensas e riscos da CONTRATADA;
- 20.2. A empresa vencedora deverá apresentar garantia de execução do contrato, em até 10 dias (dez) da assinatura do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global contratado, mediante uma das modalidades previstas no Art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/21, que deverá estar vigente durante todo o período do contrato;
- 20.3. A inadimplência, por parte da CONTRATADA, com a não apresentação da garantia dentro do prazo estabelecido acima, caracteriza descumprimento de cláusula contratual ensejando a aplicação das penalidades cabíveis, nos moldes previstos neste instrumento.

Maceió-AL, datado e assinado digitalmente.

Elaborado por:

José Alberto Rêgo Rifas

Engenheiro Civil/CREA-AL nº 0201029472

Diretoria de Projetos Técnicos e Fiscalização - SEMINFRA

Matrícula nº 977374-6